

Sumário

1. Introdução à Arbitragem.....	1
1.1. Da boa-fé objetiva, questão primordial	2
1.2. Do controle jurisdicional, medida necessária em alguns casos	5
2. História, Natureza Jurídica e Conceito de Arbitragem	7
2.1. Evolução histórica da arbitragem.....	7
2.2. Conceito de arbitragem	17
2.3. Natureza jurídica da arbitragem	21
3. A Escolha pela Arbitragem	27
3.1. A escolha entre a arbitragem e a justiça estatal.....	27
3.2. Tradicionais vantagens de recorrer à arbitragem.....	28
3.2.1. Agilidade na obtenção de uma decisão.....	28
3.2.2. Confidencialidade.....	30
3.2.3. Neutralidade	35
3.2.4. Solução de um especialista	37
3.2.5. Caráter definitivo das sentenças arbitrais e executoriedade internacional simplificada	39
3.3. Tradicionais desvantagens da arbitragem	42
3.3.1. O custo.....	42
3.3.2. Dificuldade na intervenção de terceiros.....	45
3.3.3. Carência de jurisprudência	47
3.4. Acesso à justiça e outros métodos de solução de conflitos	49
3.4.1. Acesso à justiça	49
3.4.2. Outros métodos de solução de conflitos	52
4. Arbitrabilidade	59
4.1. Critério subjetivo: as pessoas que podem se submeter à arbitragem	60
4.1.1. Autonomia da vontade e arbitrabilidade.....	62
4.2. Critério objetivo: as matérias que podem ser submetidas à arbitragem	65

4.3. Arbitrabilidade e a Administração Pública	68
5. A Escolha pela Arbitragem Institucional e Arbitragem <i>Ad Hoc</i>	75
5.1. Arbitragem institucional.....	75
5.2. Arbitragem ad hoc.....	78
5.3. Arbitragem ad hoc ou arbitragem institucional?	82
6. Convenção de Arbitragem	85
6.1. Cláusula compromissória	87
6.1.1. Cláusula compromissória cheia.....	93
6.1.2. Cláusula compromissória vazia.....	95
6.1.3. Cláusula compromissória patológica.....	96
6.1.4. Cláusula escalonada.....	98
6.1.5. Extensão da cláusula compromissória.....	101
6.1.6. Autonomia da convenção de arbitragem	107
6.2. Compromisso arbitral	111
6.3. Negociação da convenção de arbitragem	113
7. Árbitros	117
7.1. Breves considerações.....	117
7.2. Quem pode ser árbitro	118
7.3. Escolha do árbitro	121
7.4. Aceite do árbitro	125
7.5. Um árbitro jurista ou um árbitro técnico.....	129
7.6. Uma pessoa disponível.....	130
7.7. Proteção do árbitro.....	131
7.8. Responsabilidade criminal e civil do árbitro	133
7.9. Árbitro “amiable compositeur” - equidade.....	135
7.10. A aplicação de precedentes judiciais (<i>stare decisis</i>) pelo árbitro.....	138
7.11. Aplicação da Lex Mercatoria	140
8. Processo Arbitral.....	143
8.1. Considerações iniciais.....	143
8.2. Princípios do processo arbitral.....	145

8.3. Constituição do tribunal arbitral.....	149
8.4. Instituição da arbitragem.....	153
8.4.1. Exceções de impedimento e suspeição.....	155
8.4.2. Arguição de questões relativas a competência do(s) árbitro(s), nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem	157
8.4.3. Organização da arbitragem.....	159
8.4.4. Desenvolvimento da arbitragem	162
8.4.4.1. Produção de memoriais e peças processuais.....	163
8.4.4.2. Provas testemunhais, periciais e interrogatório das partes	165
8.4.4.3. Audiências	167
8.4.4.4. Revelia.....	168
8.4.5. Tutelas provisórias de urgência e da evidência	170
8.4.5.1. Tutelas provisórias de urgência na arbitragem	172
8.4.5.2. Tutela provisória da evidência na arbitragem	175
9. Sentença Arbitral	177
9.1. Definição e características da sentença arbitral.....	177
9.2. Sentença parcial	179
9.3. Prazo para proferimento da sentença arbitral final.....	182
9.4. Decisão colegiada.....	184
9.6. Custas e despesas com a arbitragem	190
9.7. Comunicação da sentença arbitral e pedido de esclarecimento.....	192
9.8. Cumprimento da sentença arbitral.....	196
9.8.1. Cumprimento espontâneo.....	197
9.8.2. Execução da sentença arbitral	199
9.8.2.1. Possibilidade de liquidação da sentença arbitral na esfera judicial	201
9.8.2.2. Da execução da sentença arbitral que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	205
9.8.2.3. Da execução de sentença arbitral que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	209

9.8.2.4. Da execução de sentença arbitral que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	210
9.8.2.4.1. Exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer	210
9.8.2.4.2. Exigibilidade de obrigação de entregar coisa	212
10. Nulidade da Sentença Arbitral.....	215
10.1. Considerações iniciais.....	215
10.2. Hipóteses de nulidade.....	218
10.3. Procedimento da ação anulatória (invalidação) de sentença arbitral.....	231
10.4. Impugnação ao cumprimento da sentença	234
10.5. Prazo para propositura da ação	237
11. Sentença Arbitral Estrangeira	241
11.1. Distinção entre sentença arbitral nacional e estrangeira.....	241
11.2. Necessidade de homologação da sentença arbitral estrangeira.....	242
11.3. Procedimento para homologação da sentença arbitral estrangeira.....	244
11.4. Razões para denegação do pedido de homologação	248
12. Arbitragem no Setor Portuário e nas Atividades Marítimas.....	263
12.1. Arbitragem no setor portuário	263
12.1.1. Normas aplicáveis.....	264
12.1.2. Convergências e divergências entre a Lei de Arbitragem e o Decreto nº 8.465 de 2015	265
12.1.2.1. Princípios gerais da Lei de Arbitragem.....	266
12.1.2.2. Inovações do Decreto nº 8.465 de 2015.....	268
12.2. Arbitragem nas atividades marítimas	270
12.2.1. Transporte marítimo de mercadorias.....	271
12.2.2. Atividades de exploração offshore de hidrocarbonetos	276
13. Arbitragem nas Relações de Trabalho.....	279
14. Arbitragem nas Relações de Consumo e nos Contratos De Adesão.....	285
Bibliografia	293